

# Apresentação do dossiê: Transtornando o Sistema - possibilidades e desdobramentos de ocupação de pessoas trans em espaços públicos

- Gabrielle Weber
- Letícia Carolina Pereira do Nascimento

As últimas décadas testemunharam uma série de conquistas históricas para a população trans. O *Gender Recognition Act* britânico de 2004 proporcionou a primeira lei de reconhecimento de gênero no mundo a não requerer a esterilização forçada,<sup>1</sup> abrindo um precedente legal para o estabelecimento em diversos países, incluindo o Brasil com o Provimento nº 73 de 2018 da Corregedoria Nacional de Justiça,<sup>2</sup> de uma legislação baseada na autodeterminação de gênero.

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans\* assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades, passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização. (NASCIMENTO, 2021, p. 107).

Concomitantemente, a discussão sobre a despatologização das identidades trans avançou, culminando em 2022 com a remoção da transgeneridade da lista de transtornos mentais no CID-11.<sup>3 4</sup>

Diante disso, as pessoas trans começaram a ocupar com dignidade e legitimidade os mais diversos espaços públicos: da arena política às mídias de massa, das universidades às grandes corporações. No contexto brasileiro, a universalização do acesso ao nome social, fruto de uma reivindicação histórica do movimento travesti brasileiro perante a dificuldade de se alterar o registro civil, catalisou esse processo sobretudo no âmbito educacional com o aumento do ingresso de pessoas

<sup>1</sup> Fonte: The National Archives <<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2004/7/contents>>. Acesso em: 09/12/2024

<sup>2</sup> Fonte: Conselho Nacional de Justiça <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>. Acesso em: 09/12/2024.

<sup>3</sup> Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>>. Acesso em 09/12/2024.

<sup>4</sup> Fonte: Nações Unidas Brasil <<https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais>>. Acesso em: 09/12/2024.

trans no ensino superior público a partir de 2010 (IAZZETTI, 2021). Apesar de o número relativo de solicitações de uso do nome social no ENEM ter aumentado cerca de 40% ao ano, no período de 2015 a 2022 (WEBER, 2024), apenas 0,93% do corpo discente de graduação nas instituições federais de ensino superior é trans com um intervalo de confiança de 99% de [0,91%; 0,95%]. Valor que é significativamente menor,  $\chi^2(1, N = 1200302) = 5736,5$ ,  $p < 10^{-15}$ ,<sup>5</sup> do que a proporção de pessoas trans na população adulta brasileira, que corresponde a 1,86%, conforme estimativa feita por Giancarlo Spizzirri e colaboradores (2022).

Não obstante, a chegada de pessoas trans no ensino superior, mesmo que, inicialmente apenas pelas brechas do *cistema*, acelerou a discussão em torno de políticas de ação afirmativa voltadas para a população trans. Movimento que, em um primeiro momento, propiciou a reserva de vagas para pessoas trans na pós-graduação, com a sua implementação em aproximadamente 2,7% dos cursos de pós-graduação em 2020 (WEBER, 2024). É apenas em 2018 que cotas de acesso à graduação para pessoas trans são criadas pela primeira vez na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). De lá para cá, pelo menos mais treze universidades federais as adotaram ou estão em processo de adoção.<sup>6</sup> Já no âmbito das estaduais, o progresso tem sido bem mais vagaroso.<sup>7</sup> Ademais, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3109/23, apresentado pela deputada Erika Hilton que visa reservar 5% das vagas em cursos de graduação nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior para pessoas trans e travestis.<sup>8</sup>

É exatamente a partir do avanço dessa luta pelo reconhecimento, seja ele afetivo, jurídico, social ou cultural, que as tensões se acirram. O contraste com o conservadorismo de uma *sociedade* machista, patriarcal, racista e cis-heteronormativa como a brasileira, ainda severamente norteadas por dogmas religiosos judaico-cristãos, que perpassam todas as estruturas de poder e legitimam as relações de dominação, desencadeia uma reação brutal retroalimentada por um nefasto discurso de ódio anti-trans (BASSI, LAFLEUR, 2022; WEBER, LOPES, CARRASCO, PUGLIESI, 2024). O

<sup>5</sup> Valores estimados a partir dos dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em <<http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>>. Acesso em: 09/12/2024.

<sup>6</sup> Uma lista preliminar inclui: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Sergipe (UFS), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

<sup>7</sup> Cotas trans foram adotadas na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Ressalta-se que a discussão na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) está bem avançada.

<sup>8</sup> Fonte: Câmara Notícias: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1096516-projeto-reserva-5-das-vagas-nas-universidades-federais-para-pessoas-trans/>>. Acesso: 09/12/2024.

resultado, sentimos na pele: do genocídio *cistêmico* contra corpos trans, como denunciado pelo inglório título de país que mais assassina pessoas trans no mundo, conquistado pela décima sétima vez consecutiva em 2024,<sup>9</sup> ao epistemicídio descarado de uma academia que se recusa a nos enxergar como capazes de produzir conhecimento (IAZZETTI, MASCARENHAS, 2024).

Portanto, mesmo que ainda incipiente, a nossa presença não tem passado despercebida. Ao desestabilizar o *cistema*, forçando uma mais que necessária reconfiguração, somos uma ameaça à sagrada hegemonia cis-heterossexual. Nessa perspectiva, este dossiê da Revista Eletrônica Interações Sociais apresenta um conjunto de artigos que dialogam com a Sociologia, a Antropologia e as Ciências Políticas para melhor compreender tais embates latentes, fomentados pela recente incursão de corpos transvestigêneres nos mais diversos espaços públicos. Destarte, convidamos todos à reflexão proporcionada pela leitura dessas produções.

No artigo de abertura deste dossiê, “Construindo Memórias de Outros Lugares: Heterotopia trans ou Travestitopia na ocupação TRANSmoras na Unicamp”, a comunicóloga Antonia do Nascimento Moreira narra a transição de dois ateliês localizados na Moradia Estudantil da Unicamp em um espaço de acolhimento e moradia para pessoas trans e, posteriormente, em um espaço de produção de cultura, compartilhamento de saberes e de criação de narrativas, o Ateliê TRANSmoras (ATM). A partir da noção foucaultiana de heterotopia, a autora reconhece no ATM a resignificação e a refuncionalização de um espaço onde se materializa a cultura trans e travesti, que, nas palavras da autora, constitui “uma ‘fábrica de travestis’, [...] um espaço de luta e geração de autonomia intelectual e financeira para as envolvidas”. É dessa encruzilhada da formalidade e elitização acadêmica com a marginalidade de corpos indesejáveis e, por isso, excluídos do *cistema*, que nasce o Núcleo de Consciência Trans (NCT), responsável pela mobilização por cotas de admissão para pessoas trans na graduação da Unicamp.

A seguir, o grupo de pesquisa “Danos Colaterais do Universal Heterossexual” liderado pela professora Maria Clara Ramos Nery contribui com uma análise das dinâmicas sociais e culturais que influenciam a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIAP+. Em “Patriarcalismo, violência, religião e ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+: Da Casa à Rua”, Maria Clara, juntamente com Rodrigo Amarante, Berenice Falconi Baptista e Vitoria Vizzoto aliam a teoria do reconhecimento de Axel Honneth com a concepção de casa e rua de DaMatta para entender o papel de práticas de ocupação na contestação e reconfiguração de práticas e normas sócio-culturais moldadas por valores religiosos no contexto de uma sociedade conservadora que se recusa em

<sup>9</sup> De acordo com levantamento anual feito pela organização sem fins lucrativos TGEU (Trans Europe and Central Asia) com a colaboração da Rede Trans Brasil. Disponível em: <<https://tgeu.org/will-the-cycle-of-violence-ever-end-tgeus-trans-murder-monitoring-project-crosses-5000-cases/>>. Acesso: 10/12/2024

valorizar as diferenças e singularidades. Assim, argumentam as autoras, a Parada do Orgulho LGBTQIAP+ “vai para além de uma simples demonstração de visibilidade, de um simples ‘eu estou aqui’, mas envolve, um querer na ocupação do espaço da rua ser reconhecido em reciprocidade”.

Continuamos com a reflexão de Gabriela dos Santos Melo Bomfim e Daniel de Souza Campos sobre o acesso à saúde pela população trans. Em “Ocupar sem pertencer: refletindo sobre a experiência trans e travesti nos serviços da Atenção Primária à Saúde”, as autoras partem da análise de três reportagens publicadas em veículos de comunicação para denunciar o estranhamento generalizado à presença de corpos trans, a discriminação e o desconhecimento de suas necessidades específicas como motivos para o seu distanciamento dos serviços de atenção primária à saúde. Mais do que isso, apontam que a falta de dados sobre a população trans contribui “não apenas para encobrir a lacuna de estratégias para promoção e prevenção para pessoas trans e travestis, mas também para seu apagamento enquanto sujeitos não reconhecidos em suas existências e necessidades de saúde.” O resultado é a paradoxal “patologização como barganha para concessão de direitos”, que reforça ainda mais a noção de que certos corpos não deveriam existir. Diante dessas violências, as redes de afeto e apoio construídas a partir da convivência e amizade com outras pessoas trans assumem um papel fundamental no processo de transição e autodefinição de gênero: da orientação sobre o uso de hormônios à propagação de informações sobre HIV, uso da PrEP e outros cuidados em saúde. Portanto, sugerem as autoras, a reprodução dessa lógica nos serviços de saúde fornece uma possibilidade de potencializar a percepção de acolhimento.

O quarto texto deste dossiê origina-se de uma pesquisa de doutoramento em Educação, na qual as experiências vividas pelas autoras juntamente com as *escrevivenciadas* por quatro participantes possibilitam vislumbrar os significados que se expressam na vida cotidiana de pessoas trans e travestis conforme tentam sobre-viver. Em “Vozes Insurgentes: das experiências de gênero vividas por travestis e transexuais”, Samira de Moraes Maia Vigano, Gabriela da Silva e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin elaboram sobre os vínculos impostos pelas exclusões tipicamente experienciadas pelas pessoas trans nos mais diversos âmbitos: da família à escola, perpassando todas as relações sociais. Diante dos muitos trânsitos percorridos, “a prostituição se constitui como uma prática e estratégia de re-existências e tem um potencial pedagógico decolonial de saberes advindos de lugares marginalizados, subalternizados e inferiorizados.” Similarmente, elas também reconhecem a centralidade das redes de apoio que se constroem no universo LGBTQIAP+ para a construção de auto-imagens positivas. Nesse contexto, a “sociabilidade transvestigênera é forjada, na qual as sujeitas se acolhem e se reconhecem como pertencentes a um movimento transgressor de corporalidades, identidades e de saberes outros marginais.” Portanto, provocam as autoras, “seja nos Programas de Prostituição, seja nos Programas de Pós-Graduação, precisamos romper barreiras para

dialogar e decolonizar saberes ainda colonizadores sobre nossas vidas.”

Partindo da premissa de que, se cerca de 2% da população brasileira adulta é transgênero, então 2% da população brasileira um dia foram de crianças e adolescentes trans, Rivih Oliveira da Silva considera em “O DIREITO DE SER: A repressão da transgeneridade infantil como controle das infâncias” os reflexos que a repressão à transgeneridade infantil tem nas juventudes trans da Baixada Santista (SP). As crianças, coloca o autor, “nascem ‘inocentes’ e são ‘enquadradas’ em um crime que não cometeram. O crime em questão é o crime do gênero, que acomete todas as pessoas na sociedade cisnormativa”, de forma a garantir a reprodução do sistema capitalista. Empregando a análise das narrativas de vida de jovens trans da Baixada Santista, ele encontra como denominador comum: a perda do gênero, a relação conflituosa com a família e a escola e, por último, a patologização da transgeneridade. Quanto ao primeiro, esclarece o autor a partir das obras de Judith Butler, entendendo o gênero como uma categoria melancólica, sua perda sempre iminente em uma sociedade cis-heteronormativa é temida, pois representa não apenas a perda da identidade, mas da própria humanidade. Adicione-se o pânico moral que o neo-conservadorismo fascista vem disseminando sobre as infâncias trans, em nome de uma falaciosa defesa das crianças e da família, o autor nos convida a refletir sobre quais vivências da infância são possibilitadas frente a extrema fiscalização.

Entre cortes, recortes e suturas, a professora mostra e não-binária T. Angel nos convida para o meio de seu mestrado, ou como ela mesma prefere colocar, monstrado. “Monstruosidade e educação: alguns rabiscos sobre a Pedagogia do Esquisito ou a Pedagogia das Aberrações” borra as fronteiras entre um artigo e um ensaio visual, proporcionando um vislumbre do impacto que seu corpo monstruoso gerou (e continua a gerar) ao retornar para a educação institucional, trabalhando como professora da educação básica na escola em que estudara. Monstras, monstros e monstres são criaturas da limiaridade, crias das rupturas e do contexto de cada período. Mais do que um conjunto de marcadores sociais da diferença e intersecções que atravessam a carne e transgridem o limite do natural: sexualidades não-heteronormativas, gêneros *disCISdentes* e modificações corporais não-hegemônicas, “monstra é quem mostra algo, é quem sempre escapa e é quem sempre volta.” É no seio do desconforto, no entremeio da curiosidade, do medo, do nojo e do encantamento que nasce a pedagogia do esquisito, na tentativa de desvelar o potencial pedagógico e epistemológico da monstra que “aterroriza, gera repulsa mas [que] também atrai e desperta desejo.”

Fechamos o dossiê com uma importante provocação de Cello Latini Pfeil, Bruno Latini Pfeil e Cauê Assis de Moura sobre o apagamento e a invisibilização das transmasculinidades no movimento feminista e, mais especificamente, transfeminista. Partindo de uma perspectiva histórica do movimento transfeminista, em “Pela nomeação da transmasculinofobia: uma análise transfeminista”,

os autores problematizam o duplo não-lugar encontrado pelas pessoas transmasculinas no feminismo, argumentando sobre a necessidade de se alargar o sujeito do feminismo em prol de um transfeminismo mais plural que abarque e abrace as vivências transmasculinas e não-binárias em sua totalidade. Como forma de desnaturalização da pseudobição que entrelaça o feminismo ao feminino, eles propõem nomear as violências sofridas por pessoas transmasculinas, cunhando o termo transmasculinofobia.

Além dos artigos que compõem o dossiê “Transtornando o Cistema”, o presente número conta com 3 artigos de fluxo contínuo, todas excelentes contribuições para o fortalecimento do pensamento crítico. Em “Ações Afirmativas por meio do Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas na Universidade Federal do Rio Grande – FURG” as autoras Jaqueline Tedesco (*in memoriam*) e Cassiane de Freitas Paixão, as autoras realizam uma análise sobre as formas de ingresso de comunidades indígenas nas universidades, em especial a FURG, a análise permite compreender a importância de processos seletivos específicos com reserva de vagas, e também salienta a necessidade das universidades pensarem as vivências indígenas nas aldeias.

Em seguida, Vinicius Batista da Silva, debate sobre o papel da educação na formação do homem contemporâneo, bem como sobre a função da escola e dos professores nesse processo, a partir da Pedagogia Crítica de Henry Giroux. A artigo intitula-se “Escola crítica e política cultural no contexto das políticas curriculares brasileiras” e destaca a importância de se transformar a escola em um espaço de resistência e criação coletiva de modo a construir um futuro mais justo, democrático e alinhado às demandas de uma sociedade inclusiva.

Fechando, temos a contribuição Manuel Ángel Rodríguez Edeza, Rodrigo Stumpf Gozález e Alma Mayrén Martínez Pérez, que no artigo “Regimes híbridos e cultura: os casos do México e do Brasil - (Atitudes, comportamentos e instituições)” traçam um paralelo entre a cultura mexicana e brasileira no que tange aos desafios de implementação de uma democracia consolidada e de qualidade, concluindo que tanto o México como o Brasil são regimes híbridos, uma vez que ficaram “presos” ou presos em uma posição intermediária entre um autoritarismo real e democracia verdadeira.

Os artigos que compõem esse dossiê, em grande parte escritos por pessoas trans, são testemunhos da potência do calidoscópio epistemológico transfeminista, rompendo com a percepção hegemônica da cisheterossexualidade, as vozes de pessoas trans, os saberes produzidos por/entre pessoas trans precisam ecoar para vencer o mar de ignorância que ainda impera limitando e ameaçando as existências trans. É importante ressaltar que o levante conservador que se reinventa para atacar a comunidade trans, é um contra ataque a partir do processo de erguimento de nossas



vozes. Devemos todos seguir, parafraseando a canção “atentes e fortes”,<sup>10</sup> não há espaço para recuar, como nos lembra Jota Mombaça (2021), estamos nessa guerra convocada à nossa revelia, resistir para nós, não é opção, é um imperativo ético e político em defesa da vida humana em suas diferenças.

## Referências

BASSI, Serena; LAFLEUR, Greta. Introduction: TERFs, Gender-Critical Movements, and Postfascist Feminisms. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, Volume 9, Number 3, August, 2022.

IAZZETTI, Brume D. Existe ‘universidade’ em pajubá?: Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans\*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2021.

IAZZETTI, B. D., MASCARENHAS, R. Do “Cisminário Queer” ao “Caso Miskolci”: traçando controvérsias. *Revista Anômalas* 4 (1), 7-23, 2024.

MOMBAÇA, Jota. Não vão nos matar agora. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, S. de S.. (2022). Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 35(77), 548–573. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420220311>

SPIZZIRI, Giancarlo et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Scientific Reports*, 11, 2021. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4>>. Acesso em: 09/12/2024.

WEBER, Gabrielle; LOPES, Rafaela Ribas; CARRASCO, Jacira; PUGLIESI, Lupe Lima. A Ameaça Trans: Uma análise dos espantalhos argumentativos que avançam sobre as casas legislativas. *Revista Brasileira Estudos da Homocultura*, v.7, e16040, 2024. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16040>

WEBER, Gabrielle. Transpectivas Universitárias: desafios para a inclusão de pessoas trans no ensino superior. In: Farah, Paulo Daniel (Org.). *Políticas de ações afirmativas: perspectivas, desafios e potencialidades*. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2024. Disponível em: <[https://ppghdl.fflch.usp.br/sites/ppghdl.fflch.usp.br/files/inline-files/Livro\\_Politicas\\_de\\_Acoes\\_Afirmativas\\_Perspectivas\\_Desafios\\_e\\_Potencialidades.pdf](https://ppghdl.fflch.usp.br/sites/ppghdl.fflch.usp.br/files/inline-files/Livro_Politicas_de_Acoes_Afirmativas_Perspectivas_Desafios_e_Potencialidades.pdf)>

<sup>10</sup> Canção Divino Maravilhoso eternizada na voz de Gal Costa e composta por Gilberto Gil e Caetano Veloso.

### Gabrielle Weber

É professora e pesquisadora da Escola de Engenharia de Lorena da Universidade de São Paulo. É doutora em Física pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do grupo de pesquisa Corpos Trans e do projeto de divulgação científica diversa Mamutes na Ciência. – gabrielleweber@usp.br  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6173-8859>

### Letícia Carolina Pereira do Nascimento

É professora e pesquisadora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Piauí. É doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí. – lecarolpereira@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000000321597179>